



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

MUDANÇAS AMBIENTAIS E COMPORTAMENTOS CLIMÁTICOS EM BELMONTE, BAHIA, BRASIL

Anna Raquel Nunes Sanchez¹; Ana Angélica Martins da Trindade²; Pedrina Rodrigues Reis³;
Thalita de Aguiar Souza⁴; Diego Reis Matos⁵; Ana Lúcia Bezerra Candeias⁶

¹Universidade Federal de Pernambuco, anna.sanchez@ufpe.br

²Universidade Federal da Bahia, angelica.ana@ufba.br

³Associação de Pescadoras e Marisqueiras de Belmonte, ampb-marisco2001@hotmail.com

⁴Universidade Federal do Sul da Bahia, thaaguiar2@gmail.com

⁵Universidade Federal do Sul da Bahia, diegreis2004@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pernambuco, ana.candeias@ufpe.br

GT 18: Transformações da paisagem no contexto das mudanças climáticas e ambientais

RESUMO

Este trabalho analisa impactos ambientais e climáticos em Belmonte (BA), com foco no derramamento de petróleo de 2019 e 2020, na variabilidade das chuvas, no uso da terra e nas lutas das comunidades pesqueiras. A pesquisa articula dados qualitativos e quantitativos à luz da justiça e do racismo ambiental, integrando aos ODS 5, 6, 13, 14, 15, 16, 18 e 20. Destaca-se a atuação de associação de pescadoras e marisqueiras, que lideraram ações de denúncia, cuidado e resistência diante da omissão estatal no caso do petróleo, revelando o protagonismo das mulheres na defesa do território. Foram estimadas perdas florestais, avanço da monocultura de eucaliptos e extremos pluviométricos anuais, reforçando dados sobre a vulnerabilidade ecológica e social no território belmontense. Conclui-se pela urgência de políticas públicas integradas, com base em soluções comunitárias e ecossistêmicas.

Palavras-chave: climatologia da precipitação, pesca artesanal, petróleo, injustiça ambiental, monocultura de eucalipto

Destaques (highlights)

- Pescadoras e marisqueiras lideram a defesa do território em Belmonte (BA)

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Derramamento de óleo em 2019 impactou comunidades costeiras de Belmonte (BA)
- Chuvas extremas causam enchentes e secas, ameaçando pesca em Belmonte
- Entre 1985 e 2023, Belmonte perdeu 11 mil ha de Mata Atlântica e ganhou 23 mil ha de eucalipto

INTRODUÇÃO

Belmonte, município situado no Sul da Bahia, destaca-se por sua relevância histórica, cultural, ambiental e econômica. Apesar das cicatrizes da colonização portuguesa, a região abriga comunidades que resistem às dinâmicas predatórias do capital, reafirmando modos de vida sustentáveis.

Pescadores, marisqueiras, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares compõem um tecido sociocultural historicamente integrado aos ecossistemas costeiros, estuarinos e florestais. Inserido no Corredor Central da Mata Atlântica (Brasil, 2006), o território ainda conserva remanescentes florestais estratégicos para a biodiversidade do sul baiano.

Essas comunidades enfrentam impactos da expansão de monoculturas de eucalipto, desmatamentos, poluição hídrica, e, mais recentemente, pelo derramamento de petróleo de 2019/2020, o maior já registrado em extensão no litoral brasileiro, que intensificou as ameaças aos modos de existência (Silva; Picanço; Calil, 2021). O desastre atingiu diretamente a costa de Belmonte, conectada ao Banco de Corais Royal Charlotte, vizinho a Abrolhos, uma das regiões marinhas mais biodiversas do Atlântico Sul, comprometendo a saúde humana e ambiental da região.

A esses danos somam-se os efeitos das mudanças climáticas, perceptíveis na alteração do regime de chuvas, ventos e marés, provocando deslocamento dos locais de pesca, escassez de recursos, inundações e erosão costeira, ampliando a vulnerabilidade social e ecológica.

Diante a essas realidades, observa-se a demanda por pesquisas que analisem de forma integrada tais cenários, orientada pelos princípios da interdisciplinaridade, da saúde única, da sustentabilidade no que concerne a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar comportamentos climáticos e mudanças ambientais que tem afetado Belmonte nas últimas décadas. Mais especificamente:

- 1) Analisar dados disponíveis sobre derramamento de óleo/petróleo na região, incluindo seus desdobramentos e consequências no período pós-desastre;
- 2) Analisar dados disponíveis sobre climatologia da precipitação na região;

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- 3) Analisar dados de uso e ocupação da terra na região;
- 4) Analisar processos de mobilização e defesa socioambiental do território Belmonte protagonizados por comunidades pesqueiras.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, exploratória e interdisciplinar, baseada em revisão bibliográfica, de narrativas e interpretação de dados secundários. A revisão bibliográfica e de narrativas, incluiu artigos, dissertações, teses, livros, notícias de mídias locais, bancos de dados e relatórios técnicos sobre derramamentos de óleo bem como de eventos climáticos.

Sobre óleo, foram consideradas as Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) do sul da Bahia (Dominguez, 2012), trabalhos científicos e livros com dados relativos ao desastre de 2019/2020.

Dados do Portal Hidroweb¹ da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) foram considerados de modo a promover análises sobre a climatologia da precipitação.

Informações sobre cobertura e uso da terra do Projeto MapBiomias² foram tratados no software QGIS, visando observar transformações ao longo tempo, especialmente aquelas relacionadas à expansão de monoculturas de eucalipto.

As análises foram interpretadas à luz de marcos teóricos sobre justiça ambiental, compreendida como a distribuição equitativa dos riscos e benefícios ambientais entre diferentes grupos sociais (Acselrad, 2010), mas também enquanto processo que demanda a reparação social e ecológica frente às desigualdades produzidas e/ou agravadas por desastres e intervenções antrópicas. Considerou-se a perspectiva do racismo ambiental, entendido como a incidência desproporcional de impactos socioambientais sobre populações racializadas e tradicionalmente marginalizadas dos processos decisórios, como comunidades negras, indígenas e ribeirinhas (Herculano, 2008), cuja vulnerabilidade é agravada pelas desigualdades estruturais historicamente impostas. As análises foram integradas à perspectiva da sustentabilidade, com base nos ODSs, em especial os ODS 13 (Ação contra a mudança global

¹ O Portal HidroWeb, parte do SNIRH, reúne dados da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), como níveis fluviais, vazões, chuvas, climatologia, qualidade da água e sedimentos: <https://www.snirh.gov.br/hidroweb/>

² O MapBiomias, iniciativa do Observatório do Clima, mapeia anualmente o uso da terra no Brasil: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

do clima), 14 (Vida na água), 15 (Vida terrestre), 5 (Igualdade de Gênero), 6 (Água Potável e Saneamento) 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e, no contexto brasileiro, o ODS 18, que trata da igualdade étnico-racial, e o ODS 20, que aborda os direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (Cabral; Gehre, 2020).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A atuação da indústria do petróleo em Belmonte remonta às décadas de 1970 e 1980, com perfurações na Bacia do Jequitinhonha, especialmente no Banco Royal Charlotte. Nos anos 1990, a intensificação da atividade sísmica trouxe impactos à pesca artesanal, com registros de contaminação de praias e manguezais (Urzua, 2023).

O mapeamento recente do Banco Royal Charlotte, realizado em 2020 por pesquisadores da USP e do Projeto Coral Vivo, revelou ecossistemas recifais semelhantes aos do Banco dos Abrolhos, reconhecendo os pescadores locais como principais conhecedores da área, alinhando-se ao ODS 20 (Escobar, 2020).

Marchioro e colaboradores (2005) publicaram os riscos da exploração de hidrocarbonetos na região, fruto da mobilização da CI-Brasil em 2002. O estudo levou, em 2003, à exclusão de 163 blocos exploratórios e à suspensão de licitações em um raio de 50 km ao redor de Abrolhos. A medida foi considerada um marco da conservação marinha (Silva; Fonseca, 2005), alinhando-se ao ODS 14 e à governança participativa promovida pelo ODS 16.

Apesar desses avanços, entre 2019 e 2020 ocorreu o maior derramamento de óleo já registrado em extensão no Brasil. Segundo dados sistematizados por Silva *et al.* (2021), as localidades atingidas em Belmonte incluíram Barra de Belmonte, Barra de Peso, Barra Velha (mais de 10% de contaminação), Delta do Jequitinhonha, praia do Mar Moreno e Mogiquiçaba.

O episódio reafirma a importância das Cartas SAO como instrumentos de gestão ambiental. Dominguez (2012) destaca esses instrumentos sendo usados internacionalmente desde os anos 1970 e foram aprimorados nos anos 1990 com o uso de sensoriamento remoto e SIG. No Brasil, a Lei nº 9.966/2000 conferiu ao MMA, com apoio do IBAMA e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a responsabilidade pelo mapeamento das áreas sensíveis. Com base nas bacias sedimentares, o Plano Cartográfico foi dividido em três escalas: estratégica (1:500.000), tática (1:150.000) e operacional (1:10.000 a 1:50.000), e resultou na elaboração das normas técnicas para produção das Cartas SAO.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Em 2013 foi lançado o Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias Marítimas da Bahia (Dominguez, 2012), dividido em quatro compartimentos. Belmonte se insere no Compartimento 3 – Costa Deltaica do Jequitinhonha-Pardo, influenciado principalmente pelos rios Jequitinhonha (Figura 1) e Pardo, sendo o Jequitinhonha o maior rio a desaguar no estado.

FIGURA 1 – Mudanças espaciais do Rio Jequitinhonha e estrutura da UHE Itapebi.



Fonte: Imagens de satélite e drone disponibilizadas pelo Google Earth Pro.

Sobre o Rio Jequitinhonha, Pedrina Reis, pescadora artesanal de Belmonte e coautora deste trabalho, afirma que as imagens da Figura 1 evidenciam mudanças no percurso e na foz do rio, com impactos diretos nas comunidades locais. Ela denuncia a exclusão das populações pesqueiras da foz no Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Itapebi (UHI), instalada em 1999, o que agravou injustiças socioambientais. Além disso, destaca que as atividades da UHI intensificam a erosão, causando assoreamento e prejudicando a pesca. Tal omissão fere os princípios da justiça ambiental e compromete os ODS 6 e 16.

Conforme Dominguez (2012) o Jequitinhonha forma um delta dominado por ondas, com praias arenosas, canais de maré e sedimentos finos a médios, gerando praias do tipo dissipativa a intermediária. A elevada turbidez e a rápida progradação da costa impedem a formação de recifes, resultando em baixa sensibilidade ao óleo na costa oceânica.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A Carta Tática JEQ 10 (Dominguez, 2012) indica que a maior parte do litoral de Belmonte apresenta Índices de Sensibilidade do Litoral (ISL) 3 e 4 (baixa sensibilidade). No entanto, ao norte do município, a presença de ilhas e pontais arenosos cria áreas abrigadas com florestas de mangue, classificadas com ISL 10 – o grau máximo de sensibilidade ambiental. Essa área também abriga a Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX Canavieiras) (que abrange a costa de Canavieiras, parte de Una e parte de Belmonte), criada para proteger os modos de vida das comunidades extrativistas locais. Ainda que Belmonte não tenha sido contemplada pelas Cartas SAO operacionais do compartimento 3, provavelmente devido à predominância de ILS baixos, sua vulnerabilidade diante de eventos como o derramamento de 2019 evidencia a necessidade de revisão e ampliação desse instrumento.

O derramamento de petróleo de 2019 também é abordado na obra *Maré Bruta*, organizada por Machado, Rêgo e Mafra (2024). Os capítulos 1 e 3 do livro discutem seus impactos nas comunidades da RESEX Canavieiras, com ênfase nas ações protagonizadas por mulheres da pesca artesanal. O capítulo 1 como o óleo comprometeu a subsistência das comunidades, a economia da pesca artesanal e os objetivos da unidade de conservação. Discutem-se também os efeitos toxicológicos, os sintomas físicos e emocionais relatados pelas populações expostas e ações de solidariedade, como as quitandas solidárias, criadas para enfrentar a insegurança alimentar causada pela paralisação das atividades pesqueiras.

Já o terceiro capítulo centra-se na trajetória da Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB), e revela como o grupo assumiu a linha de frente na defesa do território diante da omissão das autoridades e da tentativa de silenciamento por parte de lideranças locais, articulando apoio, exigindo a presença de profissionais de saúde, elaborando formulários de notificação de saúde e atuou na garantia da segurança alimentar das famílias afetadas (Machado *et al.*, 2024).

Ambos os capítulos evidenciam o papel crucial das pescadoras e marisqueiras em ações que corroboram com a Vigilância Popular em Saúde (Trindade *et al.*, 2025), bem como a relação com o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento às comunidades (que enfrentam os impactos psicológicos e sociais do desastre até os dias atuais), reforçando a ineficiência do acompanhamento à saúde das pessoas expostas ao petróleo e a ausência de medidas de reparações (Machado *et al.*, 2024).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Essas experiências de luta, união e denúncia se articulam ao conceito de *justiça ambiental* proposto por Acselrad (2010), compreendida não apenas como garantia formal de direitos, mas como cultura política construída pela ação coletiva. Também refletem o *racismo ambiental*, que, segundo Herculano (2008), refere-se às injustiças socioambientais que afetam desproporcionalmente populações racializadas, como povos negros, pescadores, indígenas e ribeirinhos, forçadas ao deslocamento ou à convivência com ambientes degradados e contaminados, marcados por violação de direitos e contaminação tóxica.

Nesse contexto, a AMPB representa um exemplo de resistência e reivindicação de direitos, demonstrando como comunidades tradicionais organizadas podem incidir sobre o Estado e combater o racismo ambiental. O desastre de 2019-2020 revelou não só a fragilidade da atuação estatal, mas também a força política da AMPB, em um território atravessado por desigualdades históricas, ausência de políticas públicas estruturantes e exclusão das populações negras e tradicionais dos processos decisórios.

Ao reivindicar justiça, reparação, representatividade e acesso à saúde, as ações da AMPB se alinham às metas do ODS 18, como a eliminação do racismo no trabalho, a promoção da autonomia e da autodeterminação, a valorização das formas de convivência e o direito à memória. Suas lutas vão além do petróleo e ganham força na voz das mulheres, conectando-se também ao ODS 5 (Igualdade de Gênero):

Além de conflitos outros já colocados na agenda política da RESEX, como o enfrentamento à carcinicultura, desmatamento, especulação imobiliária, conflitos para a preservação do território, etc., **fica perceptível que o petróleo surge para essas comunidades como mais um problema a ser enfrentado, que se soma a desastres naturais como as enchentes ocorridas por dois anos seguidos** (MACHADO *et al.*, 2024, p.24, grifo nosso);

Com as mudanças climáticas, tudo se tornou mais difícil na foz; quando não chove, há muita dificuldade para locomoção e escassez, e quando chove, o trabalho fica impossibilitado por conta da correnteza, alagações e enchentes^{6,7}. O Rio Jequitinhonha, fraturado, picotado e barrado⁴ pela exploração econômica predatória, contudo, com sua beleza e altivez, acalenta e faz descansar dos pesadelos, os pescadores e marisqueiras, historicamente invisibilizados. O rio abraça e é abraçado pelos povos das águas, mas, quem ecoa a sua voz, são principalmente as mulheres, trabalhadoras da pesca artesanal, que com seus saberes e saberes, rompem barreiras sociais em busca da igualdade de direitos e da proteção ambiental^{5,8} (MACHADO *et al.*, 2024, p.45, grifo nosso).

Tais depoimentos revelam que eventos climáticos extremos não são vistos apenas como variações naturais, mas como fatores que aprofundam desigualdades já existentes. Também

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

evidenciam a intersecção entre os ODS 5, 13, 14, 18 e 20, especialmente quando apontam o protagonismo das mulheres na proteção do território e na construção de alternativas.

Diante disso, torna-se essencial compreender o regime de chuvas em Belmonte, que, segundo a classificação climática de Köppen & Geiger³ para a Bahia, apresenta clima Tropical Úmido (Af), com precipitações bem distribuídas ao longo do ano, entre 1200 e 1500 mm, graças à umidade oceânica.

No entanto, Nascimento (2011) aponta que, após uma grande inundação em 1989, foi aberto um canal no rio Jequitinhonha para desvio da água que ameaçava levar a cidade inteira. Mais atualmente, há registros de episódios de avanço do mar decorrentes da erosão costeira, que devastou, algumas vezes, estabelecimentos e construções instaladas próximas à praia, conforme notícias do Portal G1 em 2017⁴ e 2022⁵, e do portal A Gazeta Bahia, em 2023 e 2024.

Foi traçada a variabilidade da precipitação anual ao longo de um período de 79 anos, de 1945 a 2024 (Figura 2), a partir da combinação de dados de três estações pluviométricas: duas localizadas em Belmonte (Estação 1.538.001, 1.538.002) e uma em Eunápolis (Estação 1.639.000), sendo as duas últimas específicas para preencher dados faltantes nos períodos de 1971 a 1990 e 1991 a 1995, respectivamente.

FIGURA 2 – Gráfico da variabilidade da precipitação anual de 1945 a 2024, Belmonte/BA.

³ Mapa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). Disponível em: https://ftp.sei.ba.gov.br/Geoinformacao/cartograma/estado/carto_tipclim-kg_ba_6v5m_2023_cor.pdf

⁴ Mar avança e destrói ruas e avenidas de Belmonte, no extremo sul da Bahia, após chuva. Portal G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/mar-avanca-e-destroi-ruas-e-avenidas-de-belmonte-apos-chuva-no-extremo-sul-da-bahia.ghtml>.

⁵ Mar avança e atinge cabanas em orla de cidade no sul da Bahia. Portal G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/07/13/mar-avanca-e-atinge-cabanas-em-orla-de-cidade-no-sul-da-bahia.ghtml>.

Apoio:



Realização:

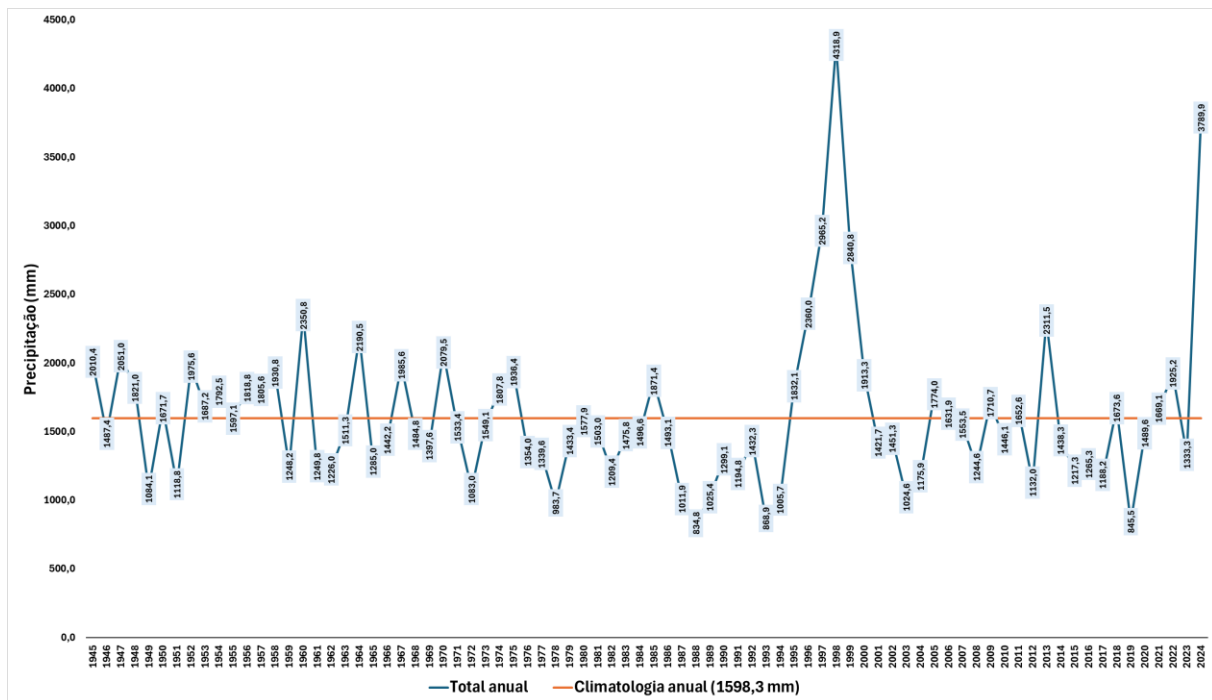


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





Elaborado pelos autores (2025). Fonte dos dados: Hidroweb (ANA, 2025)

A média climatológica anual de Belmonte é de 1.598,3 mm. A série histórica revela alta variabilidade interanual, com mínimas de 834,8 mm (em 1988) e máximas de 4.318,9 mm (em 1998), representando quase 4,5 acima da média anual. Esses extremos pluviométricos acentuam o grau de instabilidade climática enfrentado pelo município. Na década de 1990, foram registrados os maiores volumes do período, com destaque para os anos de 1996 (2.360 mm), 1997 (2.965 mm) e 1998 (4.318,9 mm). Já em 2024, outro pico ocorreu, com um total de 3.789,9 mm. Em contraste, períodos como 1988 (834,8 mm), 1993 (868,9 mm) e 2019 (845,5 mm), ilustram a ocorrência chuvas abaixo da média, sinalizando risco de secas.

Tais extremos refletem padrões sazonais e, possivelmente, eventos que afetam diretamente a dinâmica hidrológica e a vida nas comunidades costeiras. Monitorar essa variabilidade é crucial para subsidiar ações de gestão territorial, planejamento agrícola, pesqueiro e prevenção de desastres.

Além das chuvas, intervenções no curso do rio Jequitinhonha, como o barramento promovido pela Usina Hidrelétrica de Itapebi em 1999 e a retificação/desvio do canal em 1989, alteraram a dinâmica fluvial e costeira. A regularização do vazão e a perda de sedimentos provocaram erosão das margens, migração de meandros e tendência de formação de um canal



XII
ENANPPAS

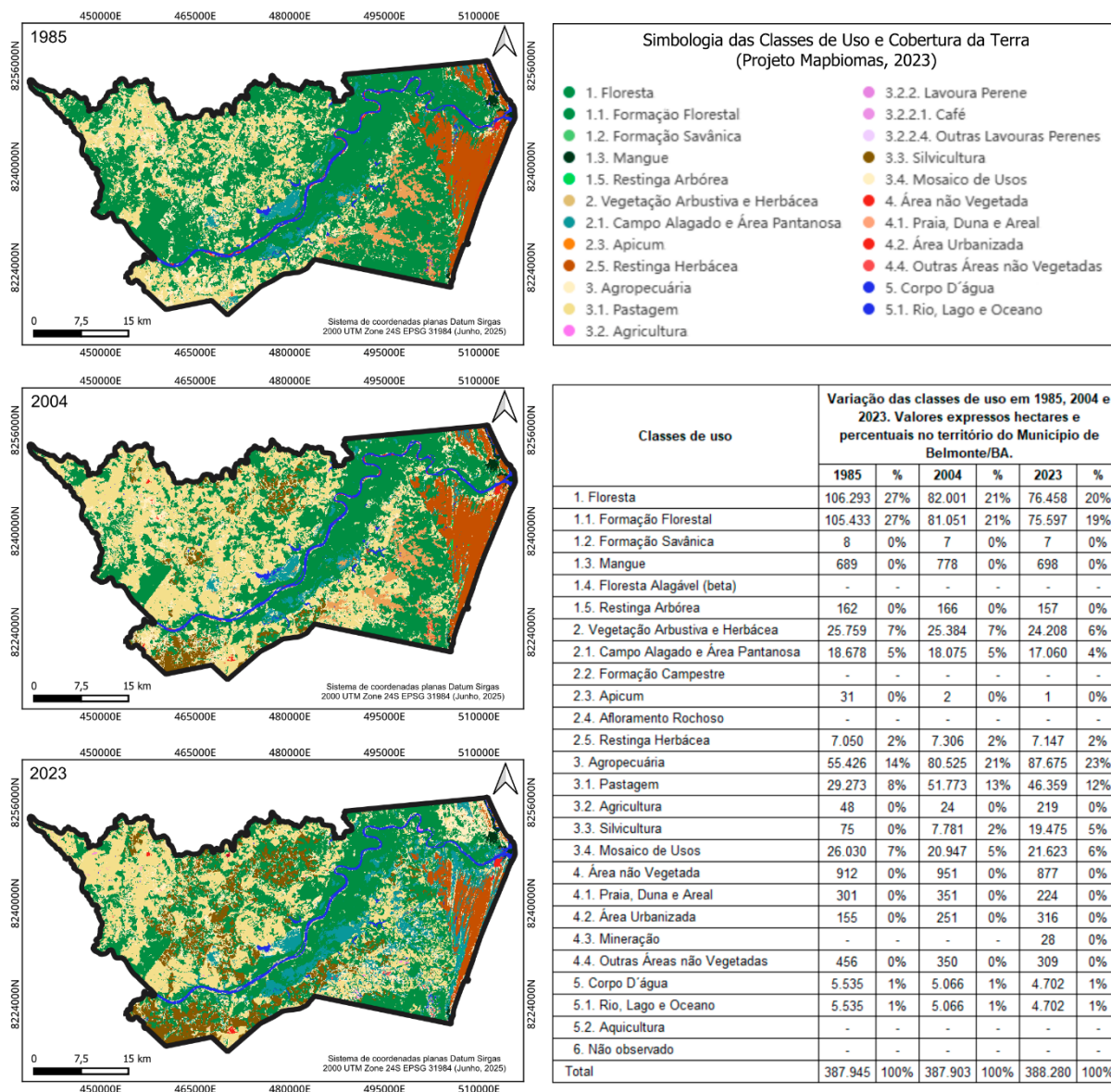
ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

único ao norte, eliminando a configuração deltaica original (Amorim Silva *et al.*, 2021). E, quem vive e enfrenta tal cenário, acaba sendo a própria comunidade, conforme relatado por uma pescadora (Machado *et al.*, 2024, p. 58) “A hidrelétrica de Itapebi quando libera a vazão alaga tudo no nosso bairro, se a nossa Barra estiver fechada.”, evidenciando como as intervenções hidrológicas afetam diretamente a população.

Transformações no uso e cobertura da terra em Belmonte nas últimas décadas também apontam tendências preocupantes (Figura 2).

FIGURA 3 – Mudanças na Cobertura e Uso da Terra em Belmonte, Bahia, Brasil, considerando os anos de 1985, 2004 e 2023.



Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Elaborado pelos autores (2025). Fonte dos dados: Projeto MapBiomias (2025)

Segundo os dados do Projeto MapBiomias, entre 1985 e 2023, observa-se uma redução expressiva da cobertura florestal, com uma perda de 11.262 hectares, equivalente a aproximadamente 10,6% da vegetação florestal original no período. Ademais, nos anos de 2015 e 2016, Belmonte esteve entre os municípios que mais desmataram, conforme os Atlas da Mata Atlântica (Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2017; 2022), comprometendo diretamente as metas do ODS 15.

Mais do que a perda quantitativa, preocupa a função estratégica dos remanescentes florestais na conectividade da Mata Atlântica no sul da Bahia. A conservação e recuperação dessas áreas em Belmonte são essenciais para a continuidade dos habitats, pois sua fragmentação compromete o deslocamento da fauna, o fluxo gênico e a resiliência ecossistêmica. O município está entre áreas de conservação relevantes, como a RESEX Canavieiras ao norte e os parques nacionais Pau-Brasil e Descobrimento ao sul, configurando-se como corredor ecológico da biodiversidade regional.

Em contraste, destaca-se a expansão da monocultura de eucalipto, que passou de 1.746 ha em 1985 para 25.152 ha em 2023, um crescimento de 1.300%. Esse avanço está associado à instalação da fábrica de celulose na divisa entre Eunápolis e Belmonte em 2005. Apesar de haver ações da empresa voltadas à sustentabilidade, sua influência sobre o território gera conflitos entre a lógica corporativa e os modos de vida das comunidades locais.

Tais conflitos refletem o que Herculano (2008) e Acselrad (2010) discutem como disputas entre projetos antagônicos de desenvolvimento, nos quais grupos com distintas formas de apropriação territorial se confrontam. Nessas disputas, populações tradicionais tendem a ser mais impactadas, uma vez que a maioria das decisões não resultam de processos participativos e ignoram seus direitos, saberes e vínculos com o ambiente.

Em Belmonte, a priorização dos empreendimentos da expansão agrícola frente à conservação e à justiça social revela assimetrias profundas na governança. Tal cenário demanda ações orientadas pelos ODS 16 e 20, com foco em equidade no acesso aos bens naturais e fortalecimento das comunidades tradicionais e seus territórios de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O derramamento de petróleo de 2019 expôs não apenas a fragilidade dos sistemas de prevenção e resposta, mas também a força política das comunidades tradicionais, em especial das mulheres da AMPB, que articularam formas de resistência e defesa dos territórios atingidos. As perdas ecológicas e sociais observadas ameaçam o cumprimento dos ODS investigados.

Alterações no regime de chuvas, perda de cobertura florestal e expansão da monocultura de eucalipto revelam um modelo desenvolvimentista indiferente à crescente vulnerabilidade climática, aos desequilíbrios ecológicos e às populações tradicionais. A alta variabilidade pluviométrica, somada à degradação ambiental, intensifica os riscos de enchentes, erosão costeira e perda produtiva e insegurança hídrica.

Tais dinâmicas demandam o fortalecimento de políticas públicas territoriais e a ampliação de estudos hidrometeorológicos, com foco em monitoramento contínuo, previsão de eventos extremos e medidas de adaptação baseadas em soluções de natureza comunitária e ecossistêmica.

Além disso, há urgência de investigações em campo, que tratem de forma interseccional as dimensões da injustiça e do racismo ambiental, das violências institucionais e das desigualdades de acesso à terra, à água, à saúde e à justiça. A produção de dados e evidências a partir das experiências das comunidades pesqueiras, extrativistas, indígenas e ribeirinhas é essencial para que o direito ao território, à memória e à reparação se torne central nas agendas de políticas e de pesquisa, ensino e extensão no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

AMORIM SILVA, V. *et al.* Alterações no baixo curso do rio Jequitinhonha e seus impactos geomorfológicos no delta: o caso da Usina Hidrelétrica de Itapebi, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 2840–2850, 2021. DOI: 10.26848/rbgf.v14.5.p2840-2850. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/249409>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O corredor central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2006. 52 p.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CABRAL, R.; GEHRE, T. (Org.) **Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade**. São Paulo: LM, 2020. Disponível em: < <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-Agenda-2030.pdf> >. Acesso em 12 de junho de 2025.

DOMINGUEZ, J. M. L. (org.). **Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo das bacias marítimas da Bahia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. 118 p.

ESCOBAR, H. Cientistas mapeiam novos ecossistemas recifais na costa da Bahia: Expedição organizada por pesquisadores da USP e do Projeto Coral Vivo encontrou recifes e rodolitos no fundo do Banco Royal Charlotte. **Jornal da USP**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/cientistas-descobrem-novos-ecossistemas-recifais-na-costa-da-bahia/?fbclid=IwAR3cbYhAdD3kRrbdYSIQksHeRcunhNhvABtcybQYLpmuN2_MShZY0XVK6BY> Acesso em 14 de junho de 2025.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA e INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2015–2016 e período 2020–2021**. Relatório Técnico. São Paulo, 2017 e 2022.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

MACHADO, L. O. R.; RÊGO, R. C. F.; MAFRA, E. (Org.) **Maré bruta: um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019 - impactos e gestão do desastre na perspectiva das comunidades**. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2024. 158p. ISBN 978-65-5360-576-3. DOI 10.37885/978-65-5360-576-3

MARCHIORO, G. *et al.* Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. **Revista Megadiversidade**. Vol. 1, Nº 2, outubro 2005. Belo Horizonte: 2005.

NASCIMENTO, D. M. C. O reordenamento da calha do Rio Jequitinhonha no controle de inundação na cidade de Belmonte na Bahia, Brasil. **Revista Geográfica De América Central**, 2(47E). 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2497>> Acesso em: 14 de junho de 2025.

SILVA, J. M.; FONSECA, M. Editorial. Uma vitória para a conservação da biodiversidade marinha brasileira. **Revista Megadiversidade**. Vol. 1, Nº 2, outubro 2005. Belo Horizonte: 2005.

SILVA, L. S. C. da; PICANÇO, J. de L.; CALIL, J. G. S. O grande desastre esquecido: análise preliminar do derramamento de óleo na costa brasileira (agosto/2019 – março/2020) e seus impactos no litoral da Bahia. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 54–79, 2021. DOI: 10.35699/2316-770X.2020.21450. Disponível em:

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/21450>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TRINDADE, A. A. M. DA . *et al.* Desastre socioambiental e vigilância popular da saúde: derramamento de petróleo em territórios pesqueiros na Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 6, p. e14932023, 2025.

URZUA, V. A. N. **A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA: conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional.** Tese(Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2023. 262p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13710451> Acesso em 12 de junho de 2025.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

